



**Macroplan**<sup>®</sup>  
Prospectiva, Estratégia & Gestão

## **PAC: Novos Caminhos, Velhas Dúvidas**

**Rodrigo Vieira Ventura**

Macroplan - Prospectiva, Estratégia & Gestão

Artigo Publicado em: Sidney Rezende Notícias - [www.srzd.com](http://www.srzd.com)

Fevereiro de 2007

Um dos principais pontos positivos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) consiste em seu perfil micro-macro, traço que estava ausente do debate econômico nacional nos últimos anos. Não se trata de um plano macroeconômico puramente, desvinculado das demandas setoriais, nem um plano microeconômico isolado e desalinhado das premissas macroeconômicas, como foi a política industrial de 2003. O PAC busca mexer com o lado real da economia atacando suas duas lógicas de funcionamento e revitaliza o papel do investimento produtivo como elemento central da política econômica. Entretanto, apesar de condicionar a superação do baixo crescimento econômico à expansão dos investimentos, o PAC ainda deixa em aberto duas grandes incertezas relacionadas ao seu financiamento e a sua sustentabilidade a médio e longo prazo.

Primeiramente, é possível elevar o investimento público de forma sustentada sem efetivo corte e contenção de gastos correntes ou na ausência de um enfrentamento ao déficit da Previdência? Apesar de ter fixado um limite para os gastos com o pagamento do funcionalismo público da União, um dos pontos altos do programa, o PAC foi tímido do ponto de vista das finanças públicas. Notadamente, o PAC não revela nenhuma iniciativa que vise a redução dos gastos do governo, que nos últimos dez anos vem crescendo, em termos reais, 5% anuais, o dobro da taxa de expansão do PIB. Até mesmo a regra para o reajuste do salário mínimo, por representar gastos crescendo acima do PIB, não pode ser vista como uma medida de ajuste. Além disso, o governo não enfrentou no PAC o problema do déficit da Previdência, cujas despesas saltaram de 5% para 8% do PIB desde 1996 – um crescimento explosivo, ainda mais quando se trata de um país cuja população é predominantemente jovem.

Por isso, diante da não contenção das despesas correntes e na ausência do enfrentamento ao gargalo da Previdência, os recursos do Orçamento federal para financiar os investimentos previstos no PAC – R\$ 67 bilhões – virão da redução do superávit primário. Este aspecto, por sua vez, não se converte em um entrave desde que a taxa de juros da Selic mantenha trajetória decrescente, o que significaria menos compromissos com o pagamento da dívida. Contudo, a incerteza perdura pelo fato de que o Banco Central já sinalizou, por várias vezes, que vê limites inflacionários a um crescimento econômico acima de 3,5% ao ano – enquanto que o PAC planeja crescimento entre 4,5% e 5% anuais –, o que implicaria a reversão da trajetória de queda nos juros e a necessidade de elevar o superávit primário por meio do contingenciamento das despesas com investimento.

Diante desta já conhecida restrição orçamentária do governo, o PAC pressupõe intensa participação do setor privado no cumprimento de seu objetivo de acelerar o crescimento econômico através da dinamização do investimento. Isto nos remete a segunda grande incerteza não respondida pelo programa: mantendo-se uma carga tributária excessivamente elevada e as atuais condições do ambiente de negócios, pode-se esperar ampla participação do setor privado na expansão dos investimentos? Apesar da desoneração fiscal para alguns

setores econômicos, o alívio fiscal para o conjunto da sociedade preconizado no PAC é muito pequeno, representando uma redução de apenas 0,3 ponto percentual na carga tributária do país, hoje em 38% do PIB. Embora seja esperado maior dinamismo em alguns setores, como construção civil, máquinas e equipamentos e fabricantes de computadores, o impacto dos incentivos fiscais contidos no PAC sobre a economia será tímido, e é exatamente aí que reside o maior perigo.

A taxa de investimento do Brasil na atualidade corresponde a 20% do PIB, dos quais apenas 1 ponto percentual é investimento público. Ao mesmo tempo, para que cresça entre 4,5% e 5% ao ano até 2010, o país terá de aumentar o investimento para algo em torno de 25% do PIB, patamar equivalente ao de outras nações emergentes que têm crescido em ritmo mais acelerado que o Brasil. Ou seja, diante da restrição orçamentária do governo, retroalimentada pelos gastos crescentes com custeio e Previdência, é o setor privado quem tem maior potencial de contribuir para a efetiva aceleração do crescimento econômico através de novas inversões produtivas. Contudo, sem uma queda vigorosa da carga tributária, a execução de reformas estruturais como a da legislação trabalhista ou o desenvolvimento de um ambiente favorável aos negócios, com estabilidade regulatória e segurança jurídica, os investimentos privados não ocorrerão na magnitude projetada pelo governo e a meta de crescimento projetada pelo programa parecerá utópica.

Ao não responder a estas duas perguntas, o PAC alimenta dúvidas quanto à factibilidade do país exibir, em 2010, a taxa de investimento necessária para fazer o país crescer 5% anuais.

*Rodrigo Vieira Ventura é economista da MACROPLAN.*

#### **RIO DE JANEIRO**

Rua Visconde de Pirajá, 351 - Sala 718  
Ed. Fórum de Ipanema  
Ipanema - Rio de Janeiro/RJ  
Cep: 22410-003  
Fone/fax: (21) 2287-3293  
e-mail: macroplan@macroplan.com.br

#### **SÃO PAULO**

Alameda Santos, 905 - Conjunto 112  
Ed. Santos Dumont  
Cerqueira César - São Paulo/SP  
Cep: 01419-001  
Fone/fax: (11) 3285-5634  
e-mail: macroplansp@macroplan.com.br

#### **BRASÍLIA**

SCN, Quadra 01 - Bloco C, Sala 908  
Ed. Brasília Trade Center  
Asa Norte - Brasília/DF  
Cep: 70.711-902  
Fone: (61) 3328-6504  
Fax: (61) 3328-7446  
e-mail: macroplandf@macroplan.com.br

#### **ESPÍRITO SANTO**

AV. Nossa Senhora dos Navegantes, 451 - Sala 1301  
Ed. Petro Tower  
Enseada do Suá - Vitória/ES  
Cep: 29.050-335  
Fone/fax: (27) 2123-1412  
e-mail: macroplanes@macroplan.com.br